

DA HISTÓRIA À SOCIOLOGIA

Um estudo dos tempos múltiplos na imprensa operária*

MARIA A. CIAVATTA FRANCO



contexto
educação

RESUMO

A autora aborda, brevemente, alguns conceitos de tempo, a aproximação da história com a sociologia e a análise preliminar de dados colhidos na imprensa operária das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo nas três primeiras décadas do século XX, buscando seus aspectos educativos, sociais e estruturais.

Palavras-chave: tempo, espaço, história, sociologia, imprensa operária, educação.

* Este texto teve origem na Pesquisa "O mundo do trabalho em imagens" e foi apresentado no V Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, realizado em San José de Costa Rica, de 21 a 24 de maio de 2001.

Aceito para publicação em abril de 2002

**DE LA HISTORIA A LA SOCIOLOGÍA – un estudio
de los tiempos múltiples en la imprenta operaria**

Resumen: *La autora aborda, con brevedad, algunos conceptos de tiempo, la aproximación de la historia con la sociología y el análisis preliminar de datos cogidos en la prensa operaria de las ciudades de Rio de Janeiro y de São Paulo, en las tres primeras décadas del siglo XX, buscando sus aspectos educativos, sociales y estructurales.*

Palabras-clave: *tiempo, espacio, historia, sociología, prensa operaria, educación.*

**FROM HISTORY TO SOCIOLOGY
– a survey of the multiple times in working-class press**

Abstract: *The author approaches, briefly, some concepts of time, the approximation between history and sociology and presents a preliminar assessment of data collected from working-class press in the cities of São Paulo e Rio de Janeiro in the first three decades of the XX century, searching for its educational, social and structural aspects.*

Keywords: *time, space, history, sociology, working-class press, education.*

Se o tempo atuasse entre os homens apenas como decurso e como espaço, a sociedade humana se pareceria muito mais a das formigas, igual a si mesma há cinqüenta milhões de anos, segundo o cálculo dos evolucionistas.

(S. Bagu)

A historiografia da relação entre o mundo do trabalho e a educação, como outras áreas temáticas da história da educação, beneficiou-se dos novos estudos históricos, superando a visão factual, alargando a compreensão dos fatos, renovando os enfoques, introduzindo fontes alternativas nos estudos. Isto significou um alargamento na pesquisa dos fenômenos educativos relacionados com o trabalho (a exemplo da formação técnica e profissional, da educação dos trabalhadores), compreendendo-os como fenômenos sociais e buscando subsídios teórico-metodológicos nas ciências sociais (na história, na sociologia, na antropologia, na economia, na ciência política, na comunicação). O que significou, também, o trato com um universo ampliado de conceitos, como tempo, espaço, passado, memória.

A forma como o historiador Sergio Bagu introduz a polêmica sobre a questão do tempo, na citação anterior, já é, ela mesma, um segundo momento de uma polêmica maior que, na discussão da noção de tempo, excluía a noção de espaço. Haveria um tempo dos físicos e dos filósofos e um tempo dos historiadores, que seria um tempo “social”, “cultural” ou “subjetivo”? Os historiadores não estão todos de acordo sobre a resposta a esta questão, embora muitos concordem que o tempo de que se ocupam os historiadores é o dos seres humanos organizados em sociedade.

O CONCEITO DE TEMPO

Durante séculos prevaleceu a noção metafísica de tempo absoluto, independente das coisas e dos processos. E a concepção de um tempo exterior aos homens, o que ainda hoje constitui a percepção imediata do tempo no senso comum, tão bem apropriada pela civilização industrial em máximas como “tempo é ouro”, “tempo é dinheiro”, isto é, um tempo reificado, que se torna “coisas”. É a

idéia do tempo como algo objetivo, que existe por si mesmo, um tempo tanto dos corpos em movimento quanto dos corpos em repouso. Esta é uma contribuição de Aristóteles que, posteriormente, vinculou o conceito de tempo não apenas ao deslocamento dos corpos mas, também, a mudanças qualitativas das coisas. Esta seria uma contribuição importante, considerando que a principal dificuldade que existiria no conhecimento das ciências sociais é pensar a natureza qualitativa dos fenômenos (Zemelman, 1983).

Nas ciências naturais, a concepção de Newton de um tempo “absoluto” que existiria em si e por si mesmo como duração pura, independente dos objetos materiais e dos acontecimentos, o tempo como uma espécie de substância, “marcou a ciência e os debates filosóficos durante mais de dois séculos”. O tempo seria uma substância especial, imutável, “autodeterminada, ontologicamente independente da matéria, de estrutura uniforme em todo o universo (...)”. A mecânica de Newton admitia tanto o movimento absoluto no espaço quanto o repouso absoluto. Suas idéias dominaram o debate científico e filosófico desde fins do século XVII até o século passado, inclusive porque elas eram parte da mecânica newtoniana que, somente no início deste século, veio a ser contestada pela teoria de relatividade (Cardoso, 1988).

A essa posição contrapunha-se o idealismo subjetivo de Kant, que concebia o tempo e o espaço como formas *a priori* da percepção sensorial. Não existiria o tempo das “coisas em si”. A noção de tempo seria uma representação subjetiva, inata, inerente ao processo do conhecimento.

No final do século passado, Bergson, de certa forma, aproxima as concepções de Newton e de Kant, concebendo o tempo como duração subjetiva, imanente à consciência. A essência do tempo seria a pura duração, decorrente da continuidade da consciência do indivíduo. Bergson relaciona o tempo com a natureza viva e não com a matéria inerte. Para ele, nada podemos afirmar sobre a duração do mundo exterior. O tempo seria algo distinto do espaço.

A concepção da dependência do espaço e do tempo em relação à matéria em movimento viria a adquirir maior consistência face à teoria da relatividade, exposta por Einstein entre 1905 e 1916. Juntamente com o surgimento da mecânica quântica (1900) e o enor-

me progresso da estrutura do átomo, principalmente a partir de 1911-13, as concepções científicas e filosóficas do passado, as teorias de Newton e a concepção de tempo viriam a sofrer grande transformação. Estabelece-se, a partir daí, a inexistência de um tempo e espaço absolutos, isto é, “que pudessem ser objeto de medidas absolutas”. Muda a concepção de universo real que, a partir da noção de um contínuo espaço-temporal, passa a ser concebido em quatro dimensões: altura, largura, profundidade e tempo. Mas a forma de utilizar a dimensão espaço-temporal na construção do objeto científico tem guardado alguma especificidade mesmo entre historiadores.

A importância da questão do tempo está no fato de ser este um aspecto fundamental na constituição do objeto de pesquisa e que, portanto, é um problema das ciências e da filosofia. Ela permeia a relação sujeito-objeto e o campo de diferentes teorias do conhecimento. Entendemos que o objeto se constrói na relação dialética entre o sujeito e o objeto (e/ou também sujeito) do conhecimento, a partir de uma realidade ontologicamente social e objetiva à qual ambos pertencem. Neste sentido a história existe enquanto objeto real, a vida dos homens, e enquanto objeto teórico, construído sobre essa realidade pelo próprio homem, realidade que se constitui no terreno das determinações que se movem e são movidas no tempo e no espaço.

DA HISTÓRIA À SOCIOLOGIA

Nas ciências sociais, a questão do tempo é pertinente tanto à história, quanto à sociologia e à antropologia. E, além de ser um tema da filosofia, torna-se também uma questão de interesse da educação à medida que este campo de saber recorre às ciências humanas e sociais para a produção do conhecimento sobre questões do campo educativo. Assim, tem crescido o número de trabalhos sobre a memória dos professores, das instituições escolares, dos métodos e processos educativos do passado.

Mas é a história e a sociologia que, conceitual e metodologicamente, necessitam pensar sobre o âmago da questão do tempo para definir as continuidades e discontinuidades dos processos sociais e sua localização no tempo presente ou no passado. De tal forma hou-

ve uma área de aproximação por esta e por outras questões próximas a ambas as ciências, que se coloca o problema de haver hoje uma história social ou uma sociologia histórica?

Se uma disciplina não se reduz à outra, a história de ambas assinala pontos de convergência polêmicos mas que vieram enriquecer a produção do conhecimento nas duas áreas. A sociologia se preocupa em estabelecer as leis gerais dos fenômenos, enquanto a história se preocupa com os eventos particulares, aqueles que não repetem, que são únicos. A sociologia teria oferecido ao historiador não apenas conceitos mas também instrumentos metodológicos, tais como a observação, a análise cruzada, a análise de conteúdos e o método comparativo (Burke, 1980, p. 29). As ciências sociais teriam buscado na referência à história, dar conteúdos menos genéricos aos seus modelos, elaborando modelos mais específicos, referidos a contextos definidos (Rossi, 1994, p. 14-5).

Burke fala de “história social” e destaca a contribuição da *École des Annales*, primeiro através de Lucien Febvre e March Bloch e, depois, de Ferdinand Braudel, que se empenharam no diálogo entre historiadores, sociólogos e antropólogos no contexto dos estudos europeus (op. cit., p. 19-23). Entendemos que esse processo de aproximação significa, principalmente, a tentativa de ver a experiência humana como uma totalidade, um conjunto de processos e os homens como seres sociais, produtores e produtos da própria cultura.

No contexto da história da América Latina, Sérgio Bagu (1992) vê uma história marcada pôr fenômenos estruturais que a integram ao mercado internacional. Entendemos que esta concepção de temporalidade se aproxima da longa duração e Braudel. O autor reconhece a constituição complexa dos processos históricos, seus vários níveis e dimensões que se deslocam continuamente. Neste tipo de análise, a América Latina aparece articulada ao desenvolvimento do capitalismo internacional e é parte do processo da acumulação capitalista mundial. É o desenvolvimento desta dinâmica que permite compreender os problemas postos pelo presente de cada época, seu desdobramento em futuros que hoje são passados e ainda mostram sua força no presente que vivemos.

Este registro de uma temporalidade múltipla, de acordo com os diversos movimentos da realidade, teria permitido a interdisciplinaridade desejada pelos fundadores da *École des Annales*. Ele tam-

bém está na origem de alguns aspectos deste trabalho com fotografias da imprensa operária. Como outras fontes documentais, a imprensa permite os estudos históricos, mas também é rica de elementos sociológicos e de ciência política.

No estudo das imagens fotográficas de trabalho e de trabalhadores na imprensa operária das três primeiras décadas do século XX, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, nos valem da concepção dos tempos múltiplos. Esta se constituiu em um instrumento estimulante para compreender não apenas os acontecimentos que marcaram a organização inicial das classes trabalhadoras no Brasil, mas também os aspectos macro-estruturais e conjunturais das profundas desigualdades que marcam, até hoje, a estrutura de classes da sociedade brasileira.

A questão do tempo, na sua concepção básica, isto é, espaço-temporal, não pode mais ser concebida como uma realidade diferente para cientistas, filósofos e historiadores. Mas a forma de utilizar a dimensão temporal ou espaço-temporal na construção do objeto científico tem guardado alguma especificidade mesmo entre os historiadores. Sergio Bagu (op. cit.) fala de três dimensões do tempo ou de três formas de organização do tempo nas sociedades humanas: (i) o tempo organizado como seqüência ou o *decurso* do tempo, o tempo computado como um período histórico que não se expressa, basicamente, por uma data simbólica, mas pelos acontecimentos que se tornaram significativos e passam a valer como marcos históricos.

No caso desta pesquisa, não nos atemos a datas rígidas mas ao movimento das classes e grupos sociais naquele início de século. As duas primeiras décadas mostram a ofensiva dos trabalhadores se organizando através das greves e mobilizações. Na última década, os historiadores registram um refluxo na ofensiva dos trabalhadores organizados, como resultado da repressão e da articulação entre o Estado e os patrões, através da repressão policial e do paternalismo nas grandes fábricas.

(ii) A segunda forma destacada por Bagu é o tempo organizado como raio de operações ou *espaço*; neste caso, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde foram produzidos a maioria dos jornais operários disponíveis. O mais importante acervo de jornais operários¹ mostra que os periódicos existiram em várias cidades do

país, mas sua produção concentrou-se nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, pela sua posição privilegiada de serem os maiores núcleos da industrialização do país e pela afluência de imigrantes que trouxeram as principais ideologias políticas européias – o anarquismo e o socialismo – e a organização sindical.

(iii) Bagu fala do tempo organizado como velocidade de mudanças, como riqueza de combinações ou a *intensidade*. Na história do período destacam-se alguns eventos, como a morte de um jovem trabalhador durante a greve de 1917, memória apropriada e muitas vezes reiterada em fotografias e em textos.

Mas também alerta que a existência humana decorre nas três dimensões do tempo, ou seja, pertencemos simultaneamente a três tipos de processos sociais segundo as dimensões do tempo: alguns processos iniciaram-se há muitas décadas e até há séculos, como o capitalismo em desenvolvimento no Brasil; outros se iniciaram em tempo mais recente, comparativamente, como a própria organização dos trabalhadores livres no Brasil; alguns acontecem, na sua totalidade, em uma superfície reduzida, como a concentração das fábricas e dos trabalhadores urbanos nas duas grandes cidades (Rio de Janeiro e São Paulo); outros em lugares muito distantes entre si, como a organização e as greves dos trabalhadores em vários pontos do país; alguns se processam com um ritmo muito lento de desenvolvimento, como a conquista dos direitos trabalhistas, outros com um ritmo vertiginoso, como o parece ter sido o crescimento da greve de 1917 e o seu desfecho após a morte de um operário, em São Paulo.

Para Braudel (1992), “o presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca”. Ele alerta para o fato de que se a observação se limita à atualidade, a atenção se move para o que sobressai, o que acaba de mudar, o imediato, o mais aparente. O social seria “uma lebre muito mais esquiva” do que acredita o observador apressado – e seus hábeis questionários, as fichas perfuradas, etc. (p. 23).

Sua grande contribuição é a concepção dos tempos múltiplos, as diversas dimensões que podem e devem ser levadas em conta na pesquisa. Braudel fala da história, do tempo da história que tem, basicamente, três níveis temporais, que são sempre relativos ao que se considera a totalidade dos fatos históricos: a curta duração dos acon-

tecimentos, a média duração da conjuntura (por sua vez, com múltiplos tempos ou ritmos), e a longa duração das estruturas, para não mencionar a longuíssima duração da geoistória. Subjacente ao discurso construído pelos operários em seus jornais, está o longo tempo do capitalismo, o tempo médio das conjunturas do início da República, da transformação do trabalho artesanal e manufatureiro, da ascensão do capitalismo industrial das grandes empresas estrangeiras.

Braudel pretendia alcançar uma linguagem comum para as ciências sociais – mas dedicou-se longamente à história econômica e às estatísticas. Não propunha, uma periodização vaga e, sim, complexa, onde os fatos sociais não sejam simplificados pelo uso de modelos – nem mesmo modelos marxistas, “imobilizados na sua singeleza”, aos quais se deu “valor de lei, de explicação prévia, automática, aplicável a todos os lugares, a todas as sociedades; *ao passo que se fossem devolvidos às águas mutáveis do tempo, a sua trama tornar-se-ia evidente (...)*” (p. 85, grifos nossos).

FOTOGRAFIAS DE TRABALHO E DE TRABALHADORES NA IMPRENSA OPERÁRIA²

A fotografia emerge no mundo ocidental sob o signo do modernismo, sob a racionalidade iluminista e a ótica renascentista. Através das sucessivas mutações técnicas, que a aperfeiçoaram, a fotografia atravessa os dois mundos, do modernismo ao pós-modernismo, partilhando das diversas temporalidades. É contemporânea de uma visão estética do mundo, por oposição a um olhar racionalista e ético que acompanha os tempos modernos. É neste campo fascinante e movediço, tanto o da história dos homens quanto o das linguagens, dos discursos e das interpretações que eles constroem, que se move este tema de estudo.

Buscamos tratar a fotografia como fonte histórica, compreendendo-a como uma mediação, isto é, um processo social denso, produzido historicamente. É o conceito de essência e aparência que permite fazer a distinção entre o conhecimento imediato e a concepção do conhecimento mediado pelos processos que o constituem (Franco, 2000).

Ajudar a resgatar o invisível é o papel da intertextualidade, da busca de outras visões, outras linguagens e outros discursos sobre um mesmo objeto ou sobre seu contexto. Encontramos, assim, algumas das múltiplas relações que produzem cada fotografia, dão seu sentido histórico e os significados que colhemos ao contemplá-las.

Até este momento, analisamos o uso de fotografias em poucos jornais: dois jornais anarquistas, “Guerra Social” e “A Voz do Trabalhador” e um jornal comunista, “A Nação”. Os primeiros circularam nos anos 1911 a 1915 e o último no ano de 1927. Eles retratam realidades diferentes não apenas pela tendência política que expressam mas, também, pelos problemas específicos de cada conjuntura histórica e pelas estratégias de luta dos trabalhadores em cada momento.

O uso das fotografias, nos jornais operários no início do século, parece transitar entre a fotografia de imprensa e o fotojornalismo, ou seja, “da simples transposição das imagens fotográficas para as páginas dos periódicos, para um tipo de fotografia específico, adaptada às demandas da imprensa ilustrada” (Costa, 1993, p. 75). No primeiro caso, as fotografias eram simplesmente ilustrativas ou reforçavam as informações escritas nas matérias. No segundo caso, as fotografias articulam um discurso sobre um tema, passando pontos de vista próprios do jornal sobre os acontecimentos relatados.

No início de século XX são poucos os leitores no Brasil. O recenseamento geral do Brasil de 1920 informa que, no Estado de São Paulo, havia apenas 39,57% de leitores, na população considerada nacional, ao passo que 46,23% dos estrangeiros eram leitores. Leitores nem sempre eram aqueles que sabiam ler e escrever. Havia aqueles que, como ouvintes, apropriavam-se das leituras. De outra parte, impressos como os jornais, mantinham uma relação sistemática com os acontecimentos, alimentando debates e idéias em certas comunidades de leitores (Giglio, 2000, p. 51-3).

No jornal “A Guerra Social”, as notícias divulgadas através das matérias e seções são recorrentes durante os dois anos de edições (1911-1912) e buscam uma vinculação dos operários entre si. Aparecem notícias de várias categorias profissionais nos diversos Estados do Brasil e em algumas de suas cidades, como, por exemplo, São Paulo, Porto Alegre, Nictheroy, Fortaleza. As categorias profissionais são pedreiros, alfaiates, marceneiros, padeiros, tecelões,

agricultores, trapeiros, engraxates, carroceiros, caixeiros e outros. O jornal abre espaço para o debate dos operários entre si, através das perguntas que o jornal vai respondendo ao longo das edições.

O Primeiro Congresso Brasileiro, realizado em 1906, fez confrontar duas ideologias presentes entre o operariado: os sindicalistas revolucionários que eram os anarquistas e os socialistas. Para os anarquistas desse primeiro momento, vencedores no Primeiro Congresso, “a revolução social não é uma simples revolução política, uma questão de tomada do poder para mudar-lhe a forma ou decretar, de cima, reformas salvadoras. Não queriam emancipar o povo, queriam que ele se emancipasse”. Nos dois Congressos Operários Brasileiros, realizados em 1906 e 1913, define-se como prioridade promover a união dos trabalhadores e a defesa de seus interesses morais, materiais, econômicos e profissionais, estreitar laços de solidariedade entre o proletariado organizado (...)” (op. cit., p. 61).

No jornal *A Guerra Social*, a crítica às instituições burguesas e ao Estado assumem relevo, assim como as questões ligadas à Igreja, à escola, à polícia e aos patrões. *A Voz do Trabalhador* faz um trabalho de desmistificação da religião através da divulgação de seu caráter escravizador dos povos. Dar combate aos dogmas da Igreja significava libertar-se de uma ordem construída para a submissão.

Neste universo, a fotografia aparecia com uma diversidade de usos: para chamar a atenção do leitor para a relevância de determinado assunto (a exemplo de as classes sociais através da foto de um palacete e das casas do proletariado; o Carnaval); para identificar ou personalizar as principais figuras da burguesia e seus prepostos (foto de Washington Luiz e Mello Vianna, foto do Presidente Artur Bernardes), figuras expoentes do proletariado nacional (Edgar Leurenroth, Luiz Carlos Prestes) e internacional (Malatesta, Rosa de Luxemburgo), personalidades do meio artístico e intelectual (Huguette Duflos, artista francesa); para retratar um determinado aspecto da realidade e/ou de um evento (o 1º Congresso Operário Brasileiro, os trabalhadores de uma fábrica, um comício, o trabalho infantil, a morte do operário José I. Martinez, a volta dos deportados da Clevelândia na Amazônia).

A fotografia surge como poderoso instrumento de afirmação e articulação do discurso doutrinário do jornal, assumindo o caráter de denúncia da dura realidade dos trabalhadores e de suas famílias,

conclamando a classe trabalhadora para a necessidade da sua organização, seja nos espaços do movimento anarquista, sindical ou político-partidário – como vai ocorrer depois da Revolução Russa de 1917 e depois da criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922.

No conjunto, os jornais operários buscam divulgar as transformações políticas, econômicas e sociais internas e externas. O jornal “A Nação” dá destaque às revoluções que ocorreram na Europa, como, por exemplo, as transformações da classe operária após a Revolução Industrial, as transformações da classe operária na Rússia e o movimento operário vitorioso com a Revolução Mexicana de 1910. Estas matérias apresentam os movimentos dos trabalhadores, buscando divulgar práticas de organização e resistência e a dimensão educativa dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprofundamento da análise dos jornais operários, analisando o uso da fotografia e a organização dos espaços do jornal, remete-nos ao debate em torno do seu papel educativo. O discurso doutrinário permitia, dentre outras coisas, reproduções integrais de pronunciamentos e de textos densos publicados em série, e de ser difusor de novos valores e práticas de atuação e de novas estratégias de leitura. Na tentativa de alcançar os trabalhadores analfabetos, os jornais apresentavam, em suas páginas, análises da realidade diferenciadas do noticiário da grande imprensa e do pensamento hegemônico da época. “As fotografias compartilhavam desta tarefa, articulando sentimentos, interesses, projetando caminhos e horizontes, alimentando o imaginário e as ações concretas” (Santos, 2001).

Textos e fotografias dos jornais operários das diversas tendências buscam afirmar a existência do trabalhador brasileiro. Ele não poderia mais significar sinal de atraso e de desgraça, como fora identificado nos quatro séculos de escravidão. O discurso dos jornais operários vai tentar inverter essa visão. No início do século XX, “o trabalho e, em decorrência, aqueles que trabalhavam – o ‘proletário’ – eram as forças preponderantes na sociedade, seus elementos de prosperidade, de riqueza e de progresso” (Gomes, 1994, p. 23-4).

Os jornais operários, como porta-vozes dos trabalhadores oprimidos pela herança escravista e pelas exigências da nova ordem capitalista, buscavam dar voz política a esta parcela do povo que ti-

nha sido até então ignorada pela sociedade. Atuando no presente, eles construíam a história como uma relação ativa com o passado, porque o passado está presente em todas as esferas da vida social (Chesnaux, 2000).

Próximo ou distante, o passado tem sempre um sentido para nós, sentido que é dado pelo registro da história que nos é contada. Ela nos ajuda a compreender o mundo em que vivemos no presente ou a aceitar as justificativas que legitimam a ordem social estabelecida.

A história sempre foi a ciência das ações humanas no tempo. Mas a história tradicional era a história da sucessão linear no tempo, a história teleológica, sensível ao conhecimento especulativo e à influência metafísica sobre o conhecimento. As ciências sociais vão preferir a abordagem estrutural do tempo histórico, submetendo a sociedade à representação do tempo da física, da matemática, buscando regularidades, estabilidades, reversibilidades, homogeneidade, quantidades, permanência.

A aproximação da história com a sociologia teria um marco comum na concepção de um tempo desestruturado, flexível. A longa duração aproxima a história da estrutura atemporal das ciências sociais. Os eventos passam a ser inseridos em uma ordem não sucessiva, mas simultânea, mais próximo das vicissitudes e das irregularidades da vida humana e da ação dos sujeitos sociais que fazem a história. Do ponto de vista educacional, esta visão alarga a compreensão dos acontecimentos e pode, mais facilmente, alimentar os sonhos e os projetos de futuro.

NOTAS

¹ Referimo-nos ao ASMOB (Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro) existente no Centro CEDEM (Centro de Documentação e Memória) da Unesp, que tem os originais; e os arquivos que possuem cópias microfilmadas dos jornais: AEL (Arquivo Edgar Leurenroth) da Unicamp; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Amorj (Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro) do IFCS / UFRJ; Neddate (Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação) da UFF.

² Na elaboração desta seção contamos com a colaboração dos Bolsistas Luciano Santos e Sandra Moraes.

BIBLIOGRAFIA

BAGU, Sérgio. *Economia de la sociedad*. Ensaio de historia comparada de América Latina. México: Grijalbo, 1992.

BRAUDEL, Ferdinand. A longa duração. In: _____. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1992.

BURKE, Peter. *Sociologia e história*. Lisboa: Afrontamento, 1980.

CARDOSO, Ciro F. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

COSTA, Helouise. Da fotografia de imprensa ao fotojornalismo. In: *ACERVO*, Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, vol. 6, n.1-2, p. 75-86, jan./dez., 1993.

CHESNAUX, Jean. Hacemos tabla rasa del pasado? A propósito de la história y de los historiadores. 15.ed. México: Siglo XXI, 2000.

FRANCO, Maria Ciavatta. “Conceitos fundamentais para o estudo da fotografia como fonte histórica”. In: *O mundo do trabalho em imagens – A educação do olhar: um estudo comparativo sobre fotografias de trabalho e de trabalhadores*”. Niterói: UFF, 2000. Relatório de Pesquisa.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. “Impressos operários, leitores e práticas de resistência”. In: *Contemporaneidade e educação: revista semestral de ciências sociais e educação*. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada. Rio de Janeiro, a.V, n. 7, 1º semestre, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MORAIS, Sandra M. N. A estrutura de um jornal anarquista: a guerra social. Niterói: UFF, 2001. Mimeo.

ROSSI, Pietro. *Historia comparada y ciencias sociales: de Max Weber a las teorías de la modernización*. México: Colmex, 1994.

SANTOS, Luciano V. dos. *Por dentro de “A Nação”*. Niterói: UFF, 2001. Mimeo.

ZEMELMAN, Hugo. *Historia y política en el conocimiento*. México: Unam, 1983.